

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
DMA Distribuidora S/A
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DMA Distribuidora S/A, (“Companhia”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira DMA Distribuidora S/A, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

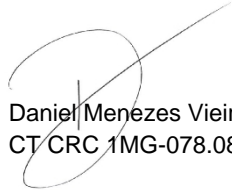
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2021



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

DMA Distribuidora S/A

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.455	40.322
Contas a receber	5	293.176	231.428
Estoques	6	849.993	499.716
Impostos a recuperar	7	58.237	41.734
Outros ativos	9	6.022	15.052
Total do ativo circulante		<u>1.277.883</u>	<u>828.252</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	8	279.438	255.952
Propriedade para investimento	10	8.362	-
Outros ativos	9	18.400	147.982
Depósitos judiciais	18	8.846	10.044
		<u>315.046</u>	<u>413.978</u>
Imobilizado	11	419.265	375.736
Intangível	12	231.882	149.474
Direito de uso	17	515.525	416.058
		<u>1.166.672</u>	<u>941.268</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.481.718</u>	<u>1.355.246</u>
Total do ativo		<u>2.759.601</u>	<u>2.183.498</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	13	910.257	681.716
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	100.309	103.351
Empréstimos e financiamentos	15	381.113	585.753
Outros passivos	16	14.976	16.301
Arrendamentos mercantil	17	82.557	59.883
Total do passivo circulante		<u>1.489.212</u>	<u>1.447.004</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	13	75.528	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	75.142	87.629
Empréstimos e financiamentos	15	540.318	355.374
Provisões para riscos	18	11.050	10.434
Partes relacionadas	8	360.388	323.632
Arrendamentos mercantil	17	433.923	357.131
Total do passivo não circulante		<u>1.496.349</u>	<u>1.134.200</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social	19.a	22.800	22.800
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	19.a	108.701	-
Prejuízos acumulados	-	(357.461)	(420.506)
Total do patrimônio líquido		<u>(225.960)</u>	<u>(397.706)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.759.601</u>	<u>2.183.498</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida de vendas	20	5.432.450	3.971.321
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	21	<u>(4.234.832)</u>	<u>(2.966.316)</u>
Lucro bruto		1.197.618	1.005.005
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	22	(847.734)	(754.647)
Outras receitas, líquidas	23	<u>45.676</u>	<u>22.621</u>
Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização		<u>395.560</u>	<u>272.979</u>
Depreciação/amortização	24		
Depreciação		(64.495)	(48.793)
Amortização direito de uso		(78.962)	(68.452)
Amortização		(25.344)	(25.446)
Lucro antes de juros e impostos		<u>226.759</u>	<u>130.288</u>
Resultado financeiro	25		
Despesas financeiras		(206.111)	(213.330)
Juros sobre arrendamento		(36.272)	(30.556)
Receitas financeiras		<u>112.664</u>	<u>123.350</u>
		(129.719)	(120.536)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		<u>97.040</u>	<u>9.752</u>
Imposto de renda e contribuição social	26	(33.995)	(7.003)
Lucro líquido do exercício		<u>63.045</u>	<u>2.749</u>
Lucro por ação		<u>2,77</u>	<u>0,12</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	63.045	2.749
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>63.045</u>	<u>2.749</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19	22.800	-	(423.255)	(400.455)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.749	2.749
Saldos em 31 de dezembro de 2019	19	22.800	-	(420.506)	(397.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.a	-	108.701	-	108.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	63.045	63.045
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19	<u>22.800</u>	<u>108.701</u>	<u>(357.461)</u>	<u>(225.960)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMA Distribuidora S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	97.040	9.752
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações	11	64.495	48.679
Amortizações	12	25.248	25.453
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	15	6.109	13.627
Amortização direito de uso	17	78.962	68.452
Juros sobre arrendamento	17	36.272	30.556
Provisão de impostos a pagar	26	(29.365)	(7.003)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	134	1.229
Provisão para riscos	18	616	-
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber	5	(61.881)	(604)
Estoques	6	(350.277)	(108.051)
Impostos a recuperar	7	(16.503)	(7.066)
Depósitos judiciais	18	1.198	741
Outros ativos	9	138.612	(92.483)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores	13	304.069	192.032
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	(15.529)	39.043
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.630)	-
Outros passivos	16	(1.325)	(3.877)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		273.245	210.480
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acrécimo do imobilizado	11	(152.405)	(139.570)
Acrécimo do intangível	12	(107.656)	(130.828)
Baixa do ativo imobilizado	11	44.380	1.234
Baixa do ativo intangível	12	-	150
Propriedade para investimento	10	(8.362)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(224.043)	(269.014)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamento	15	487.035	634.733
Amortização de principal e juros empréstimos e financiamento	15	(512.840)	(605.874)
Pagamentos contratos arrendamentos	17	(115.235)	(98.051)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(141.040)	(69.192)
Das atividades de financiamento com acionistas			
Partes relacionadas	8	13.270	52.409
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	108.701	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas		121.971	52.409
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		30.133	(75.317)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	40.322	115.639
No final do exercício	4	70.455	40.322
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		30.133	(75.317)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A DMA Distribuidora S/A (“Companhia”), sociedade anônima constituída em 14 de abril de 1997, com sede no município de Belo Horizonte – MG, atua no ramo de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância em produtos alimentícios.

Dispondo de uma estrutura com 170 lojas, das quais 133 operam no formato de varejo e 37 no formato de atacarejo, 06 centros de distribuição e uma Administração Central, a Companhia emprega atualmente, de forma direta, 17.319 funcionários nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rondônia, Acre e Paraná.

A Companhia é detentora das marcas “Epa Supermercados”, “Mineirão” e em 2020, dando prosseguimento à política expansionista, inclusive para outras unidades da Federação, lança sua nova marca “Brasil Atacarejo”, consolidando a terceira marca no portfólio institucional da DMA.

Em 2020, a Companhia inaugurou 7 lojas “EPA”, no formato de varejo, 15 lojas “Mineirão”, no formato de atacarejo e outras 2 lojas “Brasil Atacarejo”, a qual segue os padrões de formato, sortimento e atendimento da bandeira “Mineirão”, totalizando 24 novos pontos de venda.

Contextualizando o histórico recente, iniciou-se em 2013 uma reestruturação interna com objetivo de formar bases sólidas que sustentassem a expansão da Companhia no cenário nacional. Para viabilizar o projeto de reestruturação, modernizou-se toda a estrutura tecnológica com implementação de ERP referência em gestão integrada, o sistema SAP, integrando todas as áreas da Companhia, agregando valor à toda cadeia produtiva.

Concomitante à implementação do SAP, a DMA iniciou uma parceria com uma empresa referência em gestão no setor de comércio varejista, Aquila Consultoria e Gestão, otimizando os processos internos, criando uma estrutura de controle de custos baseada no orçamento a nível de loja, minimizando os desperdícios relacionados à gestão de estoques e despesas e auxiliando no processo de tomada de decisão.

Nos últimos 5 anos a Companhia realizou diversos investimentos em sua expansão, com abertura de 70 novas lojas, se tornado presente em 10 estados brasileiros, que criou uma grande expectativa de retorno positivo de caixa para os próximos anos. A consolidação de uma estrutura fixa robusta permitiu à Companhia projetar um crescimento com menor impacto no “overhead” e com o investimento tendendo a ser bem menos oneroso para o caixa.

Diante dessa nova estrutura, bem como dos consecutivos resultados positivos apresentados nos últimos 3 anos, no decorrer do exercício de 2020, o corpo executivo da Companhia deliberou sobre a necessidade de aporte de capital, motivo pelo qual integralizou, em 30 de abril de 2021, o montante total de R\$ 314.392, mediante a emissão de 314.392.000 novas ações ordinárias, realizada pelos atuais acionistas, VM Participações Ltda e Arantes Empreendimentos e Participações Ltda, conforme ata registrada em 04 de maio de 2021 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG).

Dando continuidade à política expansionista da Companhia, em 2020 DMA iniciou um processo de captação de recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de debêntures, emitindo a primeira em 2021 no valor total de R\$ 175.000, de forma a melhor gerenciar suas dívidas, com menor custo financeiro.

Consubstanciada com seu plano de negócios e sua estrutura, a Companhia encontra-se em fase de reestruturação de suas marcas e atividades e apresenta, de forma recorrente, expressivo crescimento no volume de vendas, reafirmando a perpetuidade e força das marcas EPA, Mineirão e de sua nova bandeira, Brasil Atacarejo, no mercado nacional.

A seguir o Ebitda ajustado (a) da Companhia demonstrando a geração de caixa no exercício:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IR/CSLL	97.040	9.752
Resultado financeiro	129.719	120.536
Depreciação	64.495	48.793
Amortização	104.306	93.898
Ebitda	395.559	272.979

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 06 de maio de 2021.

1.1. Impactos da Covid-19

A recessão causada pela pandemia da Covid-19 afetou todos os setores da economia de formas diferentes. O impacto ocasionado nas atividades econômicas destacou, portanto, o caráter essencial da atividade da DMA, o comércio varejista de gêneros alimentícios, visto que é fundamental à manutenção da vida e da saúde das pessoas, motivo pelo qual as unidades da DMA permaneceram em funcionamento durante todo o período de pandemia em 2020.

Embora o cenário seja de grave crise econômica, observa-se crescimento significativo das vendas da Companhia a partir de julho de 2020. Vale mencionar que o auxílio emergencial articulado pelo Congresso Nacional e pago pelo governo federal também contribuiu para impulsionar as vendas do setor. Isso porque o benefício garantiu um nível mínimo de poder de compra mesmo a quem foi mais afetado pela crise. Contudo, ressalta-se que o mercado varejista foi impactado com o aumento do preço dos fornecedores de itens de primeira necessidade, tais como o arroz, o óleo de cozinha, a carne, e, também o álcool em gel, com o expressivo aumento da demanda por este produto, o que levou a Companhia a adotar diferentes medidas estratégicas com vistas a mitigar os impactos no custo das mercadorias vendidas.

Outrossim, no que tange aos aspectos prioritários para a DMA, tendo em vista a proteção do trabalhador, bem como o atendimento a todas as legislações sanitárias e cumprimento de decretos e normas dos governos, com vistas a evitar a disseminação do coronavírus, com a publicação da Nota Técnica nº 18 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em abril de 2020, a qual discorre sobre a Covid-19 e as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos, a Companhia tomou como enfoque dois pontos: avaliação do estado de saúde dos colaboradores e o distanciamento físico. A medição da temperatura corporal dos colaboradores é realizada e monitorada constantemente, sempre que adentram aos estabelecimentos da Companhia. A DMA distribui máscaras de tecido periodicamente e fiscaliza o uso destas por todos os colaboradores, bem como a higienização das mãos no ingresso das áreas internas. Neste sentido, vale destacar que a padronização dos processos tem sido fundamental para que as novas práticas adotadas pela Companhia sejam efetivas. Com isso, o registro e o monitoramento das ações agilizam a implementação e a melhoria contínua.

A rotina de limpeza e desinfecção dos supermercados foi reforçada, principalmente nas áreas em que há o armazenamento e a exposição de alimentos. Foram disponibilizados em todos os estabelecimentos da DMA itens de higienização pessoal para clientes e colaboradores, tais como álcool em gel e sabonete líquido.

Na área administrativa, foi acordado entre os diversos setores, períodos de trabalho em *home-office*, tecnicamente conhecido como teletrabalho, com utilização de VPN - Rede privada virtual, o que implicou no desenvolvimento de diversas ferramentas para controle e proteção da base de dados da Companhia de ataques cibernéticos.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na legislação societária brasileira, bem como nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Receita de contratos de clientes

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes observa as normas contábeis aplicáveis (CPC/IFRS), de forma a evidenciar se os critérios de contabilização previstos em legislação foram ou não satisfeitos. Este processo de reconhecimento compreende as seguintes etapas:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Ativo de contrato

Direito da companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo.

Cliente

Parte que contratou com a entidade a obtenção de bens ou serviços, que constituem um produto das atividades normais da entidade, em troca de contraprestação.

Contrato

Acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis.

Considerando esses aspectos, frisa-se que as receitas somente são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços (em momento temporal específico ou ao longo do tempo), em conformidade com cada contrato e obrigação de desempenho com o cliente. Os registros são realizados pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma, utilizando o método de efeito cumulativo, e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita líquida é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como eliminações de receitas entre partes relacionadas e ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 20.

Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, e cartão, nas modalidades débito e crédito.

b) Custos das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras contempladas nos saldos de equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para perda de crédito esperada, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.

e) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, em conformidade com as normas estabelecidas nos CPCs 28 e 46.

f) Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção. Para os casos de ativos qualificáveis, registra-se o valor líquido de depreciação acumulada. Com relação aos bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, registra-se o valor de provisão para redução ao valor recuperável.

A depreciação é computada pelo método linear, com base no custo de aquisição de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 11. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os fundos de comércio são mensurados ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

j) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo);
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

(i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 25).

(ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

(iii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base;
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam **(i)** contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantidos para negociação, ou **(iii)** designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. Tais instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Lucro (prejuízo) do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ou negociação de ações.

2.3. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis que, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

b) Provisão para perda de crédito esperada

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

c) Provisão para perdas

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, tais como aquelas decorrentes de problemas no transporte, no manuseio incorreto, na armazenagem, por deterioração ou qualidade, por excesso de produção própria, por vencimento do prazo de validade, por acondicionamento, por degustação de mercadorias e por furto de mercadorias em loja.

d) Provisões para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia (Nota Explicativa nº 18).

3. Normas a entrar em vigor a partir de 2020

Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações às referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16).

Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1 e IFRS 9).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	40.063	31.629
Aplicações financeiras	30.392	8.693
Total	70.455	40.322

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) à taxa média de 2,77% a.m.

5. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	315.356	246.881
Cheques a receber	14.221	14.162
Subtotal	329.577	261.043
Antecipação cartão de crédito (*)	(22.210)	(15.558)
Provisão de cheques incobráveis	(14.191)	(14.057)
Total	293.176	231.428

(*) Refere-se à antecipação de recebíveis provenientes de vendas a prazo com cartão de crédito.

A movimentação da estimativa de cheques incobráveis é apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em dezembro	(14.057)	(12.828)
Reversão	18	1
Constituição	(152)	(1.230)
Total	(14.191)	(14.057)

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	300.346	238.232
Vencidos até 30 dias	5.756	4.474
Vencidos até 60 dias	2.240	2.381
Vencidos até 90 dias	1.002	1.286
Vencidos até 180 dias	2.445	509
Vencidos a mais de 180 dias	17.788	14.161
Total	329.577	261.043

6. Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para venda	840.172	493.462
Material de expediente	9.821	6.254
Total	849.993	499.716

7. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar (a)	41.674	35.933
IR/ISS/PIS/Cofins a compensar (b)	16.400	5.638
Tributos federais a compensar (c)	163	163
Total	58.237	41.734

- (a) Referente à restituição de créditos de ICMS e Substituição Tributária de produtos adquiridos no Estado de Minas Gerais originados de fato gerador presumido que não ocorreu conforme Artigo nº 23 do Anexo XV do RICMS/MG. Em conformidade com a memória apresentada na Projeção de Recuperação de Impostos, a Companhia tem a expectativa de recuperar o saldo total a compensar no decorrer do exercício de 2021;
- (b) Referente ao saldo credor de PIS e Cofins não cumulativo apurado no exercício. Conforme memória apresentada na Projeção de Recuperação de Impostos, a Companhia tem a expectativa de recuperar o saldo total a compensar no decorrer do exercício de 2021;
- (c) Referente ao Processo Judicial nº 0018606-12.2008.4.03.6100, valores de IPI destacados e cobrados indevidamente em operações comerciais da Companhia, os quais serão recuperados até o mês de junho/2021, conforme demonstrado na Projeção de Recuperação de Impostos.

8. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
VM e Arantes Participações Ltda.	211.555	193.708
Sabará Emp. e Participações S/A.	-	125
Outros	67.883	62.119
Total	279.438	255.952
Passivo		
Mútuo Supermercados BH	337.485	304.152
Outros	22.903	19.480
Total	360.388	323.632

8.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

8.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.156 (R\$ 1.496 em 2019).

9. Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos a compensar (a)	13.399	142.967
Adiantamento a fornecedores (b)	2.431	10.811
Adiantamento a funcionários	1.605	2.429
Títulos de capitalização	5.000	5.016
Despesas antecipadas	1.986	1.765
Outros	1	46
Total	24.422	163.034
Circulante	6.022	15.052
Não circulante	18.400	147.982

- (a) Tributos a compensar referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins trânsito em julgado conforme Processo no 2006.61.00.027407-3 e homologado pela Receita Federal do Brasil;
- (b) Composto por R\$ 2.431 referente ao adiantamento a fornecedores de ativos empregados na construção de novas lojas.

10. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento no montante de R\$ 8.362, é registrada pelo valor justo. Os imóveis foram adquiridos em 18 de dezembro de 2020, para renda e/ou para apreciação de capital no longo prazo. Foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. O valor justo é baseado em valores de mercado e reflete o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Composição do imóvel

- Valor do imóvel em 31.12.2020: R\$ 8.362;
- Não houve pagamentos de obras e benfeitorias.

A área total dos imóveis em construção é composta por:

- Subcondomínio comercial: composto por área comercial (lojas) e estacionamento comercial, totalizando 5.200,00 m²;
- Subcondomínio residencial: composto por área residencial (2 unidades – apartamentos com 03 dormitórios) e estacionamento residencial, totalizando a área de 1.208,00 m².

Os saldos de propriedades adquiridas para investimento estão apresentados a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Propriedade para Investimento - Avaliação a valor justo	8.362
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.362

11. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa (**)	Transferência (***)	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	80.530	23.387	(26.339)	-	77.578
Máquinas e equipamentos	255.767	31.523	(9)	-	287.281
Móveis e utensílios	64.669	11.609	(19)	-	76.259
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	8.832	8.219	(114)	-	16.938
Equipamentos de informática	36.875	3.262	-	-	40.137
Imobilizações em andamento	544	10.370	-	-	10.914
Edificações em imóveis próprios	-	10.236	-	53.623	63.859
Edificações em imóveis de terceiros	234.326	53.798	(22.623)	(53.623)	211.878
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Total	681.543	152.405	(49.103)	-	784.844

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa (**)	Transferência (***)	Saldo em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10	(126.673)	(20.736)	8	-	(147.401)
Móveis e utensílios	10	(23.523)	(5.739)	8	-	(29.254)
Veículos	20	(8.102)	(1.164)	114	-	(9.152)
Equipamentos de informática	20	(29.742)	(2.547)	-	-	(32.289)
Imobilizações em andamento	20	-	-	-	-	-
Edificações em imóveis próprios	25	-	(37)	-	15.227	15.190
Edificações imóveis terceiros	20	(117.767)	(34.272)	4.593	(15.227)	(162.673)
Total		(305.807)	(64.495)	4.723	-	(365.579)
Saldos		375.736	87.910	(44.380)	-	419.265

(*) Em 2020, seguindo a política de desmobilização, foram vendidos três imóveis situados nas cidades de Conselheiro Lafaiete, Itajubá e Belo Horizonte respectivamente.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	62.551	18.519	(540)	-	80.530
Máquinas e equipamentos	225.816	30.128	(177)	-	255.767
Móveis e utensílios	49.396	15.285	(12)	-	64.669
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	8.833	-	(1)	-	8.832
Equipamentos de informática	33.624	3.295	(44)	-	36.875
Imobilizações em andamento	330	544	(330)	-	544
Edificações em imóveis de terceiros	163.806	70.650	(130)	-	234.326
Outras imobilizações	(1.149)	1.149	-	-	-
Total	543.207	139.570	(1.234)	-	681.543

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	10	(108.398)	(18.275)	-	-	(126.673)
Móveis e utensílios	10	(19.358)	(4.165)	-	-	(23.523)
Veículos	20	(7.268)	(834)	-	-	(8.102)
Equipamentos de informática	20	(27.319)	(2.423)	-	-	(29.742)
Imobilizações em andamento	20	-	-	-	-	-
Edificações imóveis terceiros	20	(94.785)	(22.982)	-	-	(117.767)
Total		(257.128)	(48.679)	-	-	(305.807)
Saldos		286.079	90.891	(1.234)	-	375.736

12. Intangível

a) Movimentação intangível

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio	148.549	13.243	-	161.792
Fundo de comércio Makro	115.000	93.603	-	208.603
Softwares	40.488	810	-	41.298
Marca patentes	27	-	-	27
Outros - Intangível	634	-	-	634
Total	335.472	107.656	-	443.128

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(115.394)	(17.093)	-	(132.487)
Fundo de comércio MAKRO	20	(2.933)	(7.010)	-	(9.943)
Softwares	20	(36.526)	(1.145)	-	(37.671)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
Total da amortização		(185.998)	(25.248)	-	(211.246)
Intangível líquido em 2020		149.474	82.408	-	231.882

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio (a)	134.624	13.925	-	148.549
Fundo de comércio Makro (a)	-	115.000	-	115.000
Softwares	38.585	1.903	-	40.488
Marca patentes	27	-	-	27
Outros	784	-	(150)	634
Total	204.794	130.828	(150)	335.472

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(93.673)	(21.721)	-	(115.394)
Fundo de comércio Makro	5	-	(2.933)	-	(2.933)
Softwares	20	(35.727)	(799)	-	(36.526)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
Total da amortização		(160.545)	(25.453)	-	(185.998)
Intangível líquido em 2019		44.249	105.375	(150)	149.474

Os saldos das rubricas "fundo de comércio" se referem a pagamentos financeiros realizados pela Companhia e foram adquiridos de empresas tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura. O valor recuperável foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) de cada transação referente aos fundos de comércio adquiridos. O valor recuperável estimado foi maior que o valor contábil dos fundos de comércio e, portanto, nenhuma redução ao valor recuperável foi necessária.

Para as aquisições realizadas no exercício de 2020, a Companhia identificou inicialmente os ativos adquiridos, baseado nos valores contábeis na data da transação, que poderão ser adicionados de outros itens reconhecidos em combinação, e/ou terem seus valores ajustados a valor justo quando da conclusão do laudo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos para alocação e determinação do custo de aquisição. Os possíveis ajustes de mensuração serão feitos de forma retrospectiva e deverão ser mensurados no máximo em um ano, a contar da data de mensuração, de acordo com o CPC 15 (R1).

13. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores revenda	783.720	585.338
Fornecedor Imobilizado (a)	150.078	-
Outros fornecedores	811	46.551
Fornecedores de materiais	12.823	11.860
Fornecedores de produtor rural	6.881	4.401
Fornecedores - Transporte	2.551	2.844
Fornecedores de serviços	28.921	30.603
Fornecedor Araújo	-	106
Fornecedor Simões	-	13
Total	985.785	681.716
Circulante	910.257	681.716
Não circulante	75.528	-

- (a) Referem-se aos valores a pagar de aquisição de imobilizado a prazo, composto por R\$ 113.325 referente a aquisição dos pontos comerciais da rede Makro Atacadista e R\$ 36.753 de fornecedores de máquinas, equipamentos e estrutura de lojas.

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias	33.809	28.561
Parcelamentos INSS (a)	32.680	41.925
IR/CSLL a recolher	29.340	6.825
Parcelamento ICMS (b)	23.918	31.128
Salários a pagar	11.545	9.572
Parcelamento especial (c)	9.708	5.067
Outras obrigações trabalhistas e tributárias (d)	9.360	16.112
INSS a recolher (e)	8.594	34.578
Parcelamento IRPJ/CSLL (f)	8.467	7.834
ICMS	4.464	5.005
FGTS a recolher	2.772	2.313
IRRF a recolher	453	586
IRRF	262	464
Refis (g)	79	79
Parcelamento Cofins	-	546
Parcelamento PERT PRT	-	385
Total	175.451	190.980
Circulante	100.309	103.351
Não circulante	75.142	87.629

A Companhia mantém parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil, Secretarias de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como no âmbito municipal, junto à prefeitura de Belo Horizonte. A Companhia está adimplente com os seus parcelamentos, suas certidões de débitos tributários Federais e Estaduais estão positivas com efeitos de negativa.

- (a) Reparcèlement de INSS – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PGFN) processo nº 624597008. Refere-se à parcela do empregador Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002. Acordado em 60 parcelas, apresentando quitação regular;
- (b) Parcelamento de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Saldos de débitos diversos negociado em 60 e 120 parcelas mensais, com correção anual conforme Valor de Referência Tributária do Espírito Santo (VRTE) e com previsão de término para março de 2022 e fevereiro de 2024 respectivamente;
- (c) Parcelamento Especial nº 12.085383800.72 junto ao Sicaf/MG. Referente à mudança de tributação de ICMS e substituição tributária de produtos. Com base na Resolução nº 4855/2015 Artigo 1º, o contribuinte deverá apurar o estoque de produtos, aplicar a nova alíquota e recolher a diferença tributária gerada por mudança de alíquota, tendo como embasamento legal a Resolução nº 4855/2015 Artigo 10º, a Companhia optou por parcelar o ST apurado do estoque; Adesão ao Parcelamento Especial nº 12.0920089.61 em 29/06/2020;
- (d) Contemplam o montante total de outras obrigações, os parcelamentos de débitos de IPTU junto à Prefeitura de Belo Horizonte, tributos estaduais (ICMS, DIFAL e Fundo de Combate à Pobreza), impostos federais (PIS, INSS, IOF, IPI), provisões de 13º salário, rescisões, pensão alimentícia, contribuição sindical, contribuição confederativa, PERT e parcelamentos diversos no âmbito federal.
- (e) Saldo remanescente de R\$ 8.594 contempla montantes não recolhidos de INSS referentes ao exercício de 2019 e reparcèlement de saldos de débitos previdenciários relativos a exercícios anteriores.

- (f) Parcelamento junto à RFB de débitos relativos a IRPJ e CSLL consolidados nos processos de nº 10.680-406767/2019-17 e 10680-750641/2019-79, negociados em 60 parcelas, apresentando quitação regular. Adesão ao parcelamento de débitos de CSLL em 31/10/2020 consolidados no processo 15504-406.744/2020-92;
- (g) Débitos junto à Receita Federal do Brasil parcelados na modalidade Refis, compostos por dívida corrente no âmbito da RFB, débitos inscritos na PGFN, saldos remanescentes de Refis, Paes, Paex e Parcelamento Ordinário, em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro (a)	861.010	860.461
Leasing (b)	42.365	66.182
Finame (c)	18.056	14.484
Total	921.431	941.127
Circulante	381.113	585.753
Não circulante	540.318	355.374

- (a) Os valores de capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e fazer fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, possuem taxas médias de juros anuais de 7,5%, acrescido da variação do CDI à média de 2,76% a.a., e como garantia o aval dos acionistas. Integram o saldo total dessa rubrica os valores de empréstimo rotativo (conta garantida), no montante total de R\$5.000 (R\$11.238 em 2019), bem como o saldo de R\$ 856.010 (R\$849.223 em 2019) referente a empréstimos bancários, utilizados para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma das lojas atuais, possuem juros médios variando de 0,20% a.m. a 0,77% a.m. correção pela CDI, e são garantidos pela carteira de clientes “cartão de crédito”, além do aval dos acionistas;
- (b) O Finame é utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é formada da seguinte forma: variação da TJLP + 6% ao ano + 0,5% TAAC do valor contratado, perfazendo uma taxa de juros anuais em média de 11,48% ao ano. O prazo do Finame é de 48 meses, com aval dos sócios;
- (c) Os empréstimos, sob responsabilidade da Companhia na modalidade de *Leasing* (Financiamento por meio de locação financeira para aquisição de Ativo Imobilizado), utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos, têm prazos de 12 a 60 meses, sendo o vencimento final em 2025, com taxas indexadas de 0,22% a 0,59% ao mês + correção pela CDI, perfazendo taxa média de juros anuais de 10,5%, também com aval dos sócios. O total dos futuros pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros estão demonstrados na Nota Explicativa nº 17.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	66.701
2022	237.661	72.684
2023	145.677	127.975
2024	101.585	88.014
2025	55.395	-
Total	540.318	355.374

A Companhia cumpriu com as condições e parâmetros estabelecidos pela cláusula restritiva (*covenants*) de nº 7.3 do contrato de financiamento nº 1018065 junto à Instituição financeira Banco Santander (Brasil) S.A.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	898.641
Captações	634.733
Juros provisionados	13.627
Pagamento principal e juros	(605.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	941.127
Captações	487.035
Juros provisionados	6.109
Pagamento principal e juros	(512.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	921.431

16. Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Aluguéis a pagar	9.887	10.435
Antecipação recebíveis	3.110	3.934
Outros passivos	-	1.456
Despesas consumo a pagar	180	337
Repasse doações	114	139
Obrigações com terceiros	1.685	-
Total	14.976	16.301

17. Direito de uso/arrendamentos

A companhia reconhece, mensura, apresenta e divulga os registros dos seus arrendamentos financeiros fundamentada nas determinações do IFRS 16/CPC 06 (R2) – *Arrendamentos*.

Os saldos atinentes aos arrendamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

a) Direito de uso

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Direito de uso de arrendamento	-	484.510	178.429	662.939
Amortização	11,91%	(68.452)	(78.962)	(147.414)
Total		416.058	99.467	515.525

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 01/01/2019	Adições	Saldo em 31/12/2019
Custo				
Direito de uso de arrendamento	-	429.998	54.512	484.510
Amortização	14,13%	-	(68.452)	(68.452)
Total		429.998	(13.940)	416.058

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 01 a 25 anos.

O montante reconhecido em 2019 na adoção inicial R\$ 429.998 não afetou as demonstrações de fluxo de caixa e a amortização do direito de uso em arrendamento no montante de R\$ 78.962 foi reconhecida como custo operacional no exercício (R\$68.452 em 2019).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto de 7,50%, com base em consulta a instituições financeiras, média ponderada das captações do exercício.

b) Passivo de arrendamento

	2020	2019
Circulante	82.557	59.883
Não circulante	433.923	357.131
Total	516.480	417.014

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo					
Passivo de arrendamento	-	563.699	302.553	(115.235)	751.017
(-) Juros a apropriar	16,55%	(146.685)	(124.124)	36.272	(234.537)
Total		417.014	178.429	(78.963)	516.480

	% taxa média ponderada de desconto a.a.	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Custo					
Passivo de arrendamento	-	607.239	54.512	(99.008)	562.743
(-) Juros a apropriar	17,78%	(177.241)		31.512	(145.729)
Total		429.998	54.512	(67.496)	417.014

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	91.929
2022	106.686	81.629
2023	95.845	71.539
2024	76.202	61.215
2025 em diante	347.615	165.424
Juros embutidos	(192.425)	(114.605)
Total	433.923	357.131

18. Provisão para riscos

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais, estão assim demonstrados:

Provisão para riscos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2020
Riscos judiciais	10.434	-	-	10.434	616	-	11.050
Total	10.434	-	-	10.434	616	-	11.050
Depósitos judiciais							
Cíveis	(3.826)	(2.180)	2.728	(3.278)		1.573	(1.705)
Tributários	(1.428)	(2.504)	-	(3.932)	(987)	-	(4.919)
Trabalhistas	(5.531)	(1.211)	3.908	(2.834)	(705)	1.317	(2.222)
Total	(10.785)	(5.895)	6.636	(10.044)	(1.692)	2.890	(8.846)
Saldo no final do exercício	(351)	(5.895)	6.636	390	(1.076)	2.890	2.204

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis, tributárias, trabalhistas e administrativas de probabilidade de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 15.331 (R\$ 27.963 em 2019).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 22.800 e está representado por 22.800 ações ordinárias nominativas com direito a voto e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em julho de 2020, foi escriturado o montante de R\$ 100.000 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Posteriormente, em outubro e novembro de 2020 também foram registrados valores referentes a AFAC, perfazendo o montante total de R\$ 108.701, o qual será integralizado em exercício subsequente

O montante de R\$ 108.701 é representado por recursos concedidos pelos acionistas controladores: VM Participações Ltda. e Arantes Empreendimentos e Participações Ltda., durante o segundo semestre de 2020 a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

b) Reserva legal

O estatuto social determina que a parcela de 5% do lucro líquido seja deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

c) Destinação dos resultados

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001), podendo haver distribuições intermediárias, desde que os dividendos pagos em cada semestre não excedam o montante de reservas de capital o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constituído reserva legal e nem foram distribuídos dividendos aos acionistas controladores sendo o lucro utilizado para compensação de prejuízo.

20. Receita líquida de vendas

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadoria de revenda	5.836.698	4.175.303
(-) Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	(172.096)	(90.243)
Cofins sobre vendas	(160.123)	(80.991)
PIS sobre vendas	(34.831)	(17.648)
Devoluções	(15.949)	(5.277)
Descontos	(21.249)	(9.823)
Receita líquida total	5.432.450	3.971.321

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 18%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 1,65%) e à Cofins (alíquota de 7,6%), não cumulativos.

21. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da revenda	(4.411.867)	(3.187.867)
Bonificações e verbas	188.607	222.295
Perdas	(11.572)	(744)
Total	(4.234.832)	(2.966.316)

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(481.049)	(408.584)
Utilidades	(78.991)	(72.549)
Prestação serviços pessoa jurídica	(50.258)	(44.060)
Fretes e carretos	(48.901)	(39.675)
Despesas de embalagens	(27.197)	(36.175)
Despesas de marketing	(23.484)	(29.241)
Impostos taxas e tributos	(36.759)	(25.020)
Indenizações	(10.624)	(18.354)
Materiais	(18.380)	(15.980)
Gastos diversos	(12.658)	(13.229)
Despesas indedutíveis	(2.767)	(9.489)
Gastos com veículos	(9.281)	(9.255)
Materiais de manutenção em geral	(10.881)	(8.091)
Gastos com informática	(5.952)	(6.664)
Perdas incobráveis	(4.744)	(5.842)
Viagens	(5.266)	(5.123)
Locações (a)	(13.351)	(3.896)
PDV's	(2.943)	(1.813)
Doações e brindes	(144)	(231)
Prestação serviços pessoa física	(680)	(182)
Outros	(3.424)	(1.194)
Total	(847.734)	(754.647)

(a) Compromissos arrendamento – Companhia como arrendatária: a Companhia arrenda máquinas, equipamentos e veículos, através de contratos de arrendamento operacional canceláveis. São contratos, geralmente, em valor inexpressível, com vigência inferior ou igual a 12 meses, não se enquadrando, portanto, nas regras estabelecidas pelo CPC 06/IFRS 16. Os demais contratos de locação são referenciados na Nota Explicativa nº 17, em conformidade com as normas vigentes.

23. Outras receitas e despesas

	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais (a)	96.557	34.065
Impostos sobre outras receitas operacionais (b)	(9.579)	(11.082)
Total	86.978	22.983
Outras despesas operacionais		
Demais despesas operacionais (c)	(41.302)	(362)
Total	(41.302)	(362)
Total	45.676	22.621

- (a) Receitas oriundas da venda de terrenos localizados nos municípios de Itajubá e Conselheiro Lafaiete, ambos situados no estado de Minas Gerais (MG), bem como a receita com a venda do imóvel situado no Bairro Palmares, em Belo Horizonte (MG).
- (b) O saldo de R\$ 9.579 compreende, preponderantemente, ao valor total do recolhimento de PIS/Cofins incidentes sobre receitas diversas.
- (c) Despesas referentes baixa do custo histórico dos imóveis vendidos no exercício e ao consumo de insumos na transformação em produto acabado, em sua maioria, cestas de Natal.

24. Depreciação e amortização

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação	(64.495)	(48.793)
Amortização	(25.344)	(25.446)
Amortização IFRS 16	(78.962)	(68.452)
Total	(168.801)	(142.691)

25. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos financiamentos	(146.628)	(153.647)
Juros sobre arrendamento (a)	(36.272)	(30.556)
Taxa administração cartões	(47.223)	(36.507)
IOF	(2.582)	(13.706)
Despesas bancárias	(5.999)	(4.632)
Multas	(108)	(813)
Descontos concedidos	(599)	(480)
Juros sobre mútuos	(2.972)	(3.545)
Total	(242.383)	(243.886)
Receitas financeiras		
Correção monetária créd. tributário (b)	3.723	59.165
Descontos obtidos	70.649	60.384
Juros recebidos	38.257	1.903
Juros aplicações financeiras	35	1.898
Total	112.664	123.350
Resultado financeiro	(129.719)	(120.536)

- (a) A Companhia possui contratos de arrendamento reconhecidos no balanço patrimonial como direito de uso do ativo arrendado e respectivo passivo o qual compreende os pagamentos futuros. O montante de R\$ 36.273 refere-se às despesas com juros sobre o referido passivo de arrendamento;
- (b) Refere-se à correção monetária de indébito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

(Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	97.040	9.752
Adições e exclusões	3.016	10.915
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	100.057	20.667
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	24.014	4.960
Adicional - imposto de renda	9.982	2.043
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	33.995	7.003
Taxa efetiva	0,35	0,72

27. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, bem como das propriedades para investimentos. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros e consequente flutuação do valor justo.

b.2) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

28. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Adoção inicial ativo direito de uso IFRS 16	-	429.998
Adição contratos de arrendamento	178.429	54.512
Total	178.429	484.510

29. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures

Em meados do segundo semestre de 2020, a DMA iniciou processo de análise acerca da captação de recursos no mercado de capitais. Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, no valor total de R\$ 175.000.

A deliberação sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, pela Companhia (Emissora) ocorreu em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2021, tendo escritura registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG em 20/01/2021, onde foram determinadas as condições e critérios da emissão, em conformidade com as determinações do artigo 59, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM no 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e demais leis e regulamentações aplicáveis.

Conforme a atual estratégia expansionista, projetando o futuro crescimento da Companhia, existe a expectativa de uma segunda emissão de debêntures no mercado de capitais, com o prazo de vencimento mais alongado, dando suporte a todo o investimento que será realizado.

Integralização de capital

A Companhia realizou aporte de capital em 30 de abril de 2021, no montante total de R\$ 314.392, mediante a emissão de 314.392 novas ações ordinárias, conforme ata registrada em 04 de maio de 2021 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG). Como consequência, o Patrimônio Líquido da Companhia passou a totalizar o valor de R\$ 337.192.

* * *